» CONTINUAÇÃO

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados nas provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Grupo revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a administração mais exerce seu julgamento e se utiliza de estimativas, é na constituição dos passivos de seguros do Grupo, especialmente os judiciais, os quais são administrados pela área jurídica interna. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que o Grupo liquidará em última instância, a qual utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis, considerando a experiência passada e os indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisões da área jurídica, da administração, dos atuários e de seus especialistas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa de valor para liquidação dos sinistros de cujos contratos o evento segurado já tenha ocorrido, bem como para liquidação das solicitações de devoluções de contribuições e de resgates. Como consequência, para tais obrigações, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras. Vide política contábil divulgada na Nota 4.1 sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação destes passivos.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões ativas e passivas contingentes

O Grupo é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração do Grupo para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica do Grupo em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (*Impairment*) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios do Grupo são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro (controlada)

A Seguradora atua junto ao mercado com produtos de seguro de pessoas, na modalidade coletiva, e planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público-alvo, inclusive por meio de assistência financeira. Seu modelo é tido como de baixo risco, considerando as taxas de sinistralidades aferidas por seus produtos.

Nos seguros coletivos de Acidentes Pessoais-APC e Vida, opera basicamente com contratos de vigência anual, assim como no Funeral, entretanto as renovações dos seguros APC estão seguindo, precipuamente, prazos quinquenais.

As políticas de subscrição de riscos são definidas pela diretoria, com apoio do departamento técnico, que atuam de forma centralizada, onde os setores técnicos, sinistros e benefícios são os responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação destes riscos de subscrição.

A Seguradora vem operando resseguro na modalidade "quota-parte" junto aos ramos APC e Funeral, por período indeterminado, junto à resseguradora admitida SCOR Brasil Resseguros S.A, categoria de risco AA-, de acordo com avaliação da Standard&Poor's, cujo volume é imaterial frente a totalidade de sua carteira. Sua operação está ativa com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A, na modalidade de cosseguro cedido, onde cada parte é responsável direta por uma "quota-parte" determinada de 50% do valor do seguro, sem entrada de novos clientes desde início de 2020. A Seguradora vem ampliando o seu portfólio de produtos, sem cosseguro e sem resseguro, ofertando diversas coberturas de seguro de pessoas e ampliando o leque de serviços de assistência complementares ao seguro.

A Seguradora define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, podendo haver, inclusive, oscilação e incerteza sobre o valor da indenização resultante deste evento. Para a quase totalidade dos seus contratos de seguro, cujos riscos são incertos, onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco deles é aquele proveniente dos sinistros avisados, em situações em que os pagamentos das indenizações resultantes desses eventos possam exceder ao valor contábil de seus passivos atuariais. Essas situações são possíveis quando a ocorrência de sinistros superar as estimativas previstas na metodologia de cálculo das provisões, ou oriundo de ações judiciais, quando a Seguradora é compelida a pagar indenizações maiores que o valor contratado ou que a sua previsão inicial. O histórico demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos sinistros.

A sua estrutura de gestão de riscos considera a similaridade dos riscos transferidos pelos seus contratos nos ramos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos ao qual está inserida, sendo que seus segmentos de gestão estão estruturados em Seguros de pessoas (ramos coletivos) e Previdência complementar.

A Seguradora mantém-se atenta quanto ao treinamento geral a seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e, em relação ao seu pessoal de vendas, procura monitorar a qualidade dos negócios propostos pelos corretores e escritórios regionais, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho.

Sobre os produtos:

(a) Seguros de pessoas - coletivos

A Seguradora tem sua força de operação fixada nos seguros de vida coletivos, que oferecem principalmente as coberturas de morte por acidente e morte por qualquer causa, concentradas nos ramos Acidentes Pessoais e Coletivos de Vida, além do Funeral.

(b) Previdência complementar

A Seguradora vem operando apenas com planos de pecúlio, estruturados em repartição simples (RS), os quais preveem o IGPM/FGV como indexador, carregamento de 30%, um deles estruturado com a tábua SGB-75 e o outro com a CSO-80(M). A Seguradora, porém, possui riscos em vigor, mesmo que residuais, no plano de pensão referentes a contratos mais antigos. Os controles dos riscos de subscrição são os mesmos utilizados nas operações dos seguros de pessoas coletivos.

Concentração de risco e análise de sensibilidade

Seguros de pessoas coletivos: este segmento respondeu por 77,2% dos prêmios auferidos em 2021, com uma arrecadação na rubrica de prêmios diretos de R$ 134,5 milhões, o qual havia atingido 79% no mesmo período de 2020, quando arrecadou R$ 142 milhões. Esta carteira atingiu aproximadamente 404,2 mil vidas seguradas em 2021, destacando-se os ramos de Acidentes Pessoais Coletivos (0982) com 341,6 mil, Vida em Grupo com 1,2 mil e o Funeral com 61,2 mil vidas.

Previdência complementar: participou com 22,8% da arrecadação de 2021, quando obteve R$ 29,6 milhões de contribuições arrecadadas, praticamente toda concentrada em pecúlio. Já em 2020 este segmento havia atingido 21,1% da arrecadação, que foi de R$ 27,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2021 havia 97,8 mil contratos vigentes no plano de Pecúlio, 96 no de Pensão e nenhum risco vigente no seguro de Vida Individual.

A garantia das operações vinculadas a todos os seus planos é dada pelas provisões constituídas, além da gestão técnica que é feita entre receitas e despesas, com vistas a manter-se o controle de suas obrigações com os sinistros. Esta política tem como característica principal o reinvestimento de recursos próprios em ativos do mercado financeiro, em modalidades conservadoras, bem como nos serviços de assistência financeira que são prestados aos participantes.

Em relação à receita de planos da Seguradora, os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Abaixo se divulga a arrecadação de prêmios emitidos do grupo de Pessoas Coletivo, e de contribuições dos Planos de Previdência.

Grupos	Prêmios auferidos 2021	Prêmios auferidos 2020
Pessoas Coletivo	100.197	103.054
Previdência	29.619	27.408

Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, considerou-se o agrupamento das UF's com base nas regiões constantes do normativo de Capital Mínimo Requerido, e se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos e o respectivo percentual de risco de cada uma destas regiões, conforme quadro abaixo. A análise dos dados demonstra uma redução de 5,3% na arrecadação em relação ao mesmo período de 2020, cujos riscos estão totalmente concentrados na região Sul.

Distribuição por emissor do Risco	2021		2020	
	Prêmios Diretos	Concentração de Risco	Prêmios Diretos	Concentração de Risco
Região 8 (RS, SC e PR)	134.493	100,00%	140.434	98,9%
Demais Regiões do Brasil	0	0,00%	1.603	1,1%
Total	**134.493**	**100,00%**	**142.037**	**100,0%**

Análise de Sensibilidade

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, verificando seu impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil de 31 de dezembro de 2021, pois índice de conversibilidade, taxa de juros, inflação e excedente financeiro, considerando a característica dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida para este contexto. Segue os índices de sinistralidade observados em 2021 e 2020:

Grupos	2021	2020
Pessoas Coletivo	6,79%	5,19%
Plano de Pecúlio	33,70%	20,56%

Para o teste de sensibilidade, considerando-se o histórico dos últimos períodos, vamos agravar em 10% as rubricas contábeis de despesas com sinistros de Pessoas Coletivo e de Pecúlio, considerando que os parâmetros atingidos em 2021 já foram mais elevados do que em períodos anteriores, verificando, a partir destes agravos, os reflexos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários:

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
Premissas dos testes de sensibilidade	**2021**	**2020**
Agravamento de 10% nos sinistros de Pessoas Coletivo	(341)	(1.062)
Agravamento de 10% nos benefícios de Pecúlio	(650)	(734)

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais e financeiras, consiste na identificação do risco que se pretende segurar e do valor máximo em risco, além da observação dos dados necessários para fins de tarifação e subscrição, considerando: a utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação e o fato de que a base de dados é composta por informações referentes a um período concernente com as apólices com riscos em vigor.

Com vistas a se verificar os reflexos do teste de sensibilidade nos resultados do TAP, recalculou-se os fluxos novamente, considerando os parâmetros de agravamento da sinistralidade mencionados, cujos grupos mais sensíveis a oscilações seriam os de Seguros e Pecúlio - Eventos Não Ocorridos de Prêmios Registrados e Prêmios Não Registrados, os quais apresentaram os resultados da tabela a seguir:

GRUPOS	VP dos fluxos de caixa do TAP normal	Recálculo do VP dos fluxos de caixa Sensibilidade	Provisões técnicas em 31/12/2021	Comissões diferidas e/ou ativos intangíveis	Recálculo dos Resultados Vls p/R$ 1.000
Seguros Eventos Não Ocorridos PR	19	20	461	6	(435)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	1.533	1.685	1.956	0	(271)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	889	978	2.840	0	(1.862)
Seguros + Pecúlio Eventos Não Ocor PR	**2.441**	**2.683**	**5.257**	**6**	**(2.568)**
Seguros Eventos Não Ocorridos PNR	(60.215)	(59.495)	0	0	(59.495)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	1.860	5.492	0	0	5.492
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(13.022)	(10.674)	0	0	(10.674)
Seguros + Pecúlio Eventos Não Ocor PNR	**(71.377)**	**(64.677)**	**0**	**0**	**(64.677)**

Como conclusão do teste de sensibilidade, o VP resultante do recálculo dos fluxos de caixa do TAP sofreria um incremento de R$ 242 mil (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PR) e de R$ 6,7 milhões (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PNR) em relação ao VP das projeções normais, entretanto, conforme o quadro acima, mesmo que ocorressem tais agravamentos, não seria necessário se estabelecer provisionamento complementar para os respectivos grupos testados acima.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras do Grupo; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pelo Grupo está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O *stress* determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Sabemi, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,011% com base em consumo limite de 7,07% e Stress PL diário de -0,060% com consumo limite de 5,99%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de *stress*. Entretanto, devido às características das carteiras da Seguradora na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento do Grupo.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa do Grupo é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com o Grupo. A política de assistência financeira do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na Nota 6.4.4.

4.3 Gestão de risco de capital (Controlada)

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capitais regulatórios" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Seguradora mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

No primeiro semestre de 2021, como já explanado na Nota explicativa 2.1, através do Ofício Eletrônico Nº 4/2021/CFIP2/CGFIP/DIR4/SUSEP, o órgão regulador determinou a reversão de todas as receitas e despesas registradas nas operações de securitização, determinando seu diferimento no prazo remanescente dos recebimentos dos créditos. O registro das despesas foi reclassificado como Despesas Antecipadas, impactando substancialmente os Ajustes contábeis, considerados no cálculo do Patrimônio líquido ajustado (PLA) em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado), resultando em uma insuficiência de PLA, absolutamente excepcional e em decorrência dos ajustes recomendados pela Susep.

Adequação de capital (Controlada)

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo de adequação do capital, da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2021:

	2021	Reapresentado 2020
Patrimônio Líquido	**65.334**	**70.628**
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(244)	(243)
(-) Despesas antecipadas	(16.615)	(92.958)
(-) Créditos tributários de diferença temporárias	(3.007)	(3.283)
(-) Ativos intangíveis	(105)	(179)
(-) Obras de arte (Outros investimentos)	(32)	(32)
(-) Ajustes contábeis	**(20.003)**	**(96.695)**
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	3.029	5.266
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.546	1.731
(-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**4.575**	**6.997**
PLA de nível 1	40.022	
PLA de nível 2	4.575	
PLA de nível 3	5.309	
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	**49.906**	
(-) Ajuste de excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	(803)	
PLA (total) aceito para cobertura do CMR – soma de (i) e (ii)	**49.103**	**(19.070)**
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base (I)	8.100	15.000
b) Capital de risco (CR)	30.043	83.222
(+) Capital adicional de risco de subscrição	21.053	22.133
(+) Capital adicional de risco de crédito	5.121	64.787
(+) Capital adicional de risco operacional	324	326
(+) Capital adicional de risco de mercado	12.132	13.240
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(8.587)	(17.264)
Capital mínimo requerido (maior entre a e b)	**30.043**	**83.222**
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	30.043	**0**
Suficiência/Insuficiência de PLA	**19.060**	**(102.292)**

Conforme demonstrado acima, em dezembro de 2020 a Sabemi Seguradora demonstrou insuficiência de PLA no montante de R$ 102.292. Essa insuficiência é oriunda da exigência da Susep do diferimento de despesas com assistência financeira, que gerou uma despesa antecipada de R$ 92.958, que afeta negativamente o cálculo do PLA, bem como o reconhecimento dos ativos de direitos creditórios cedidos que afetam o risco de crédito da seguradora e como consequência, o aumento do capital de risco. Por outro lado, como o limite de eventuais perdas no processo de securitização é o montante das cotas subordinadas existentes em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 123.263 mil e estas estavam registradas em empresas do Grupo Sabemi consideradas como partes relacionadas e não na Sabemi Seguradora (entidade que reporta), se estas fossem levadas em consideração no cálculo do Patrimônio líquido ajustado (PLA) o mesmo ficaria positivo em R$ 104.193 mil e a suficiência do PLA ficaria em R$ 20.971 mil. Da mesma forma, em decorrência da recomendação da Susep de reconhecer os direitos creditórios securitizados com retenção de riscos, no cálculo do Patrimônio líquido ajustado (PLA) levou-se em consideração apenas os direitos creditórios securitizados, contudo sem levar em consideração as fontes de financiamentos que suportaram o surgimento destes créditos – registrados como Receitas Antecipadas no valor de R$ 93.677 mil. Se as mesmas fossem levadas em consideração o Patrimônio líquido ajustado (PLA), em 31 de dezembro de 2020, seria de R$ 74.607 mil.

5 Caixa e Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	-	-	6	5
Depósitos bancários à vista	52	260	3.415	11.454
Equivalente de caixa (i)	-	-	16.527	35.932
	52	**260**	**19.948**	**47.391**

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. São fundos constituídos, na maioria, por títulos públicos.

6 Ativos financeiros

6.1 Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (Consolidado)

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2021		2020	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Cotas de fundos de Investimento (a)	30.698	30.698	31.804	31.804
Total de títulos para negociação	30.698	30.698	31.804	31.804

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(a) Cotas de Fundos de Investimento

	2021	2020
Cotas de fundos de investimento		
Winnetou FI RF Fator (i)	-	82
Itaú Restec TP RF Aberto	15.359	31.722
XP Reserva Técnica FI RF	15.359	-
	30.698	31.804

A expectativa de remuneração das cotas de fundo de investimento é de 100% do CDI.

(i) Referem-se a aplicações financeiras bloqueadas por decisão judicial, portanto classificadas no ativo não circulante.

6.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento:

Ativo financeiro	2021	2020
Cotas de Fundos de Investimento		
Sem vencimento	30.698	31.804
	30.698	31.804

De acordo com normatização da SUSEP (Circular 517/15 e alterações posteriores), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação (ativos financeiros a valor justo por meio do resultado), são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda (Consolidado)

Não há cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios em 2021.

CONTINUA »